

2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017

Data: 31/10/2016

Horário: 09h00 às 18h00

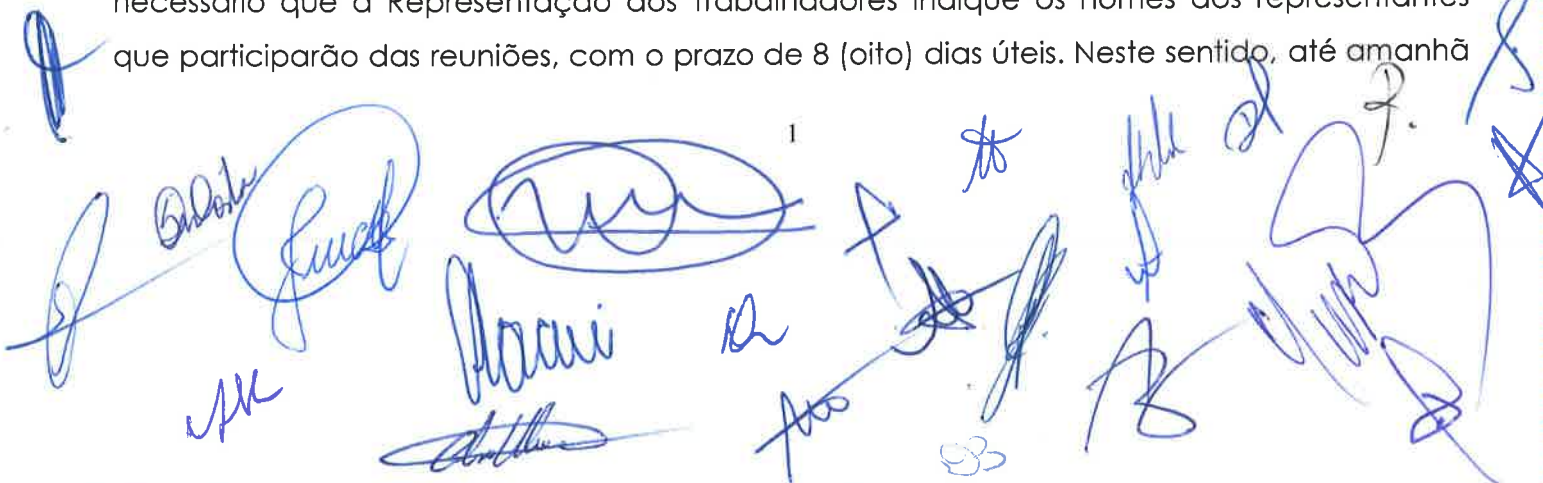
Local: Miniauditório, Coordenação Nacional II - UniCorreios.

Pelos Correios: Alda Mitie Kamada, Fagner José Rodrigues, Ivanilson Pacheco da Silva, Cláudio Roberto Mathias Cabral, Daniela Passos Varella Barca, Celso Antônio Uliana, Daniele Neves Vasconcelos Dias, Débora Elaine Fernandes, John Cordeiro da Silva Junior, Roberta Suely de Sousa Cabral, Rodrigo Barbosa de Azevedo, Sérgio Eduardo Cavalcanti Jardim Sayão, Danielle M. Botecchia e Amanda Ladislau Leonardo.

Pela FENTECT: Heitor Fernandes Filho, Ueber Ribeiro Barboza, João Ricardo Guedes, Victor Uislán Nunes de Paula, Suzy Cristiny da Costa, Hálisson Tenório Ferreira.

Pela FINDECT: Anézio Rodrigues, André Ramos Gasperoni, Silvana Regina A. dos Santos, Wilson Nascimento S. Araujo, Maxy Hellen de Moraes, Jorge Luiz G. Ribeiro, Manoel de Lima Feitoza.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2016, na Coordenação Nacional II, Sala 3, localizada na UniCorreios, reuniram-se a Representação da Empresa e a Representação dos Trabalhadores para a segunda reunião da Comissão Paritária de Saúde. A Representação da Empresa iniciou a reunião com as devolutivas sobre os questionamentos da Representação dos Trabalhadores da reunião dos dias 20 e 21/10/2016, como: 1) Liberação: a Representação da Empresa ratificou que os Representantes dos Trabalhadores, nas semanas em que houver reuniões da Comissão Paritária de Saúde, serão liberados com ônus para a Empresa. Nas outras semanas, caso haja necessidade de liberação, esta poderá ocorrer com ônus para as Federações. 2) Custeio (passagens aéreas e hospedagem): a Representação da Empresa afirmou que irá custear as passagens para os titulares e os suplentes em substituição, a partir da reunião de 14 de novembro de 2016. Para tanto, faz-se necessário que a Representação dos Trabalhadores indique os nomes dos representantes que participarão das reuniões, com o prazo de 8 (oito) dias úteis. Neste sentido, até amanhã



**2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017**

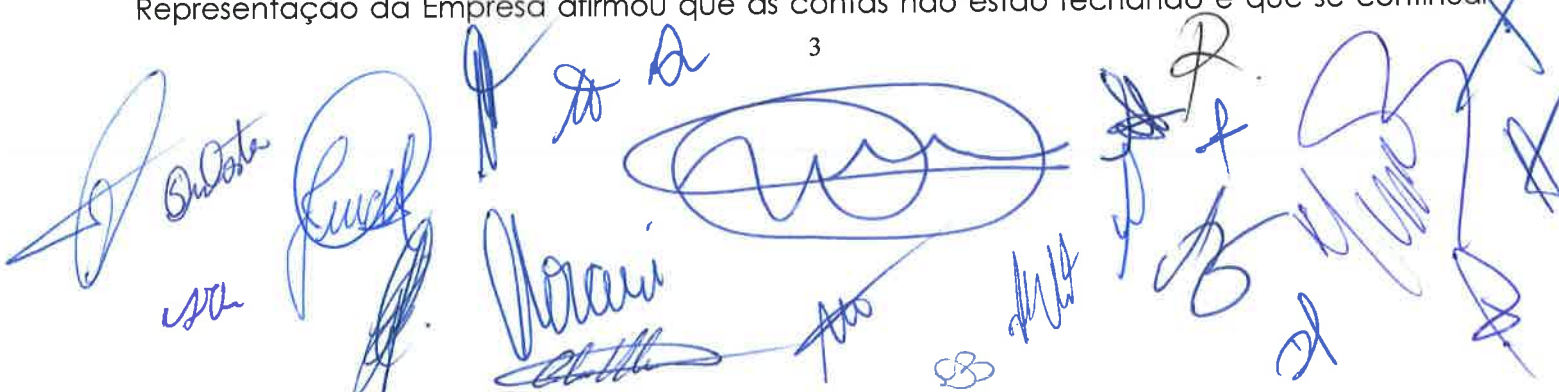
(01/11/2016) a Representação dos Trabalhadores deverá disponibilizar a relação dos nomes para o custeio das passagens aéreas para a próxima reunião (14/11/2016). 3) Cronograma: semana de 14/11/2016 a 18/11/2016 – Custeio do Plano de saúde (Tema 03) e Redimensionamento da Rede Credenciada (Tema 04); de 28/11/2016 a 02/12/2016 – Critérios de inclusão de beneficiários (Tema 05) e Custeio do pós-emprego (Tema 06); de 12/12/2016 a 16/12/2016 – Temas 07 e 08 (a definir); de 02/01/2017 a 06/01/2017 – Temas 09 e 10 (a definir); de 16/01/2017 a 20/01/17 – Pendências/debates finais; Elaboração e assinatura de relatório; encerramento. Em relação às liberações, a Representação dos Trabalhadores se posicionou contrária à liberação em semanas alternadas, pois afirmou que, sem a liberação integral, não há como alcançar os objetivos da Comissão, uma vez que é necessário ter tempo hábil para estudar e se reunir. Heitor Fernandes e Victor Uislán, por sua vez, registraram que são contrários ao custeio das passagens aéreas pela Empresa e solicitaram que o valor que seria pago com suas passagens fosse substituído pela concessão de suas liberações de forma integral. Sobre o assunto, a Representação dos Trabalhadores solicitou que, na impossibilidade de liberação integral com ônus para a Empresa de todos os representantes dos trabalhadores, que seja providenciada a liberação integral de 1 (um) representante por Federação. A Representação da Empresa levará o assunto às instâncias superiores para deliberação. Na sequência, foi realizada a apresentação da situação econômico-financeira dos Correios e medidas de ajustes. Na oportunidade, a Representação da Empresa relatou breve histórico das crises vivenciadas pelos Correios e, citou que uma das principais características que diferencia a atual crise daquela ocorrida em 1986 (congelamento das tarifas) é o fato de a União estar "quebrada" o que, inevitavelmente, repercute nas Estatais dentre as quais, os Correios. Diante dessa situação, e do patrimônio líquido da Empresa muito aquém do esperado, a Representação da Empresa afirmou que diversas medidas de ajustes estão sendo tomadas e que tantas outras deverão ocorrer para que a Empresa seja salva. Afirmou que a partir da adoção das práticas internacionais de contabilidade nas Empresas Estatais, ficou evidente a frágil saúde econômico-financeira da Empresa. Neste sentido, foi apresentado a Evolução do Patrimônio e o Rendimento de Fundos (ambos em declínio); o



2

2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017

pagamento de dividendos, em que a União recolheu 95% dos lucros da Empresa e a folha de pagamento de pessoal, que tem sido onerosa. Sobre as receitas, as áreas de logística, encomendas e mensagens não estão suportando as despesas gerais da Empresa que são crescentes. Diante da difícil situação econômica da Empresa, a Representação dos Trabalhadores questionou o planejamento estratégico dos Correios, que projetou uma série de investimentos até 2020, o que teria consumido grande parte dos recursos dos Correios. Em resposta, a Representação da Empresa afirmou que grande parte do planejamento não foi executado, devido à dificuldade na consecução de parcerias e, também, da não autorização do Governo para adoção de novos negócios. Dessa forma, o planejamento estratégico teve pouco impacto, não sendo o fator decisivo para o déficit apresentado. Contudo, ressaltou que são necessários investimentos para que haja aumento de receita. Na sequência, foi apresentado o plano de reestruturação, medidas de gestão e propostas que necessitam de apoio do acionista controlador, dentre os quais: Aporte de Capital nos Correios – Reversão dos dividendos repassados à União, a maior, no período de 2007 a 2013; Captação de Recursos Internos (BB); Programa de Redução de Despesas; Avaliação de venda de ativos; Decreto de Fidelização dos Serviços Postais pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta; Decreto de Alteração do Estatuto dos Correios – destinação de 50% dos dividendos para investimentos nos Correios e medidas de supervisão das entidades controladas; Aprovação das ações estratégicas – Aquisição de parcerias estratégicas (SPE, cia. Aérea, logística, etc); ato declaratório do PGFN para que os órgãos da Administração Federal passem a reconhecer a imunidade tributária dos Correios, já assentada pelo Plenário do STF; Ressarcimento pela Receita Federal de Tributos recolhidos a mais; Aprovação da proposta de PDI com modelo diferido; Comissão Paritária de Saúde no ACT 2016/2107; aprovação de revisão tarifária de 5,83%; tornar permanente a recomposição tarifária de 8,898% vigente no momento, até set/17; contratação de auditoria da folha de pagamento de 2000 a 2016 e impactos RTSA; e Plano de Medidas Extraordinárias de Contenção de Despesas Orçamentárias. Acerca da saúde econômico-financeira dos Correios, a Representação da Empresa afirmou que as contas não estão fechando e que se continuar



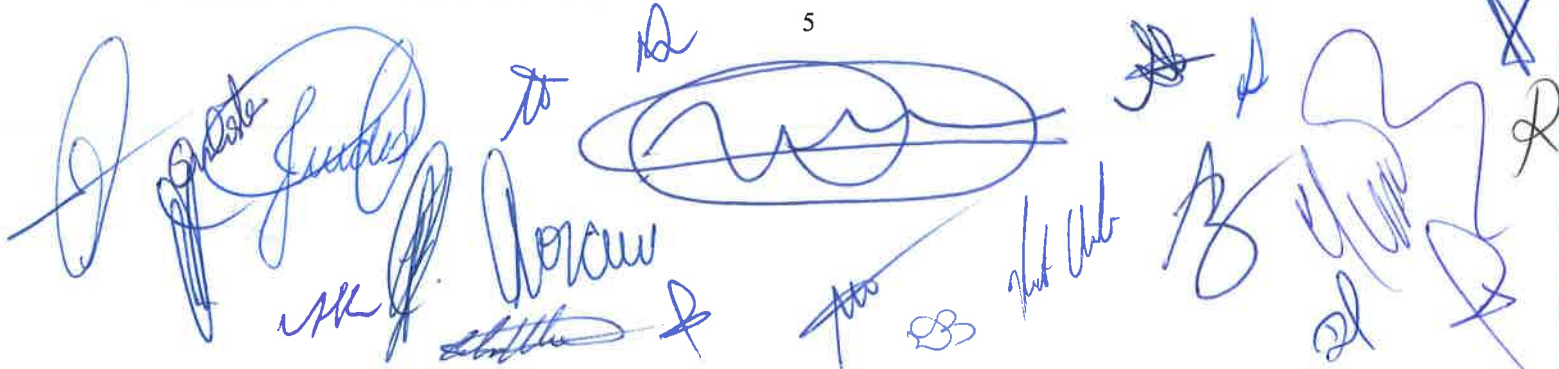
2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017

assim, a Empresa tem grandes possibilidade de virar dependente, e se submeter aos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Representação dos Trabalhadores afirmou que o serviço público de forma geral passa por uma crise econômica, mas entende que os empregados com seus baixos salários não podem ser culpados. Ressaltou a falta de investimentos sérios e a rotatividade de Presidente nos Correios; a falta de resultados com as consultorias; planos de desligamentos sem reposição de vagas por concurso público; e ausência de plano de carreira adequado a seus trabalhadores. Ressaltou que os empregados não são culpados pelos prejuízos e não têm como retirar mais recursos dos trabalhadores e que a solução deve ser dada pela Empresa e/ou Governo. A Representação dos Trabalhadores registrou que a sua visão do déficit financeiro da Empresa é bem diferente da visão da Representação dos Correios. Sobre o assunto, a Representação dos Trabalhadores ressaltou que há segredos empresariais e que nenhuma empresa apresenta os dados como eles de fato são, e que existe indícios de uma manobra contábil. Destacou que há indícios da CGU de que vários lançamentos são realizados de forma equivocada e que há a necessidade de serem refeitos. Outro ponto, é o déficit causado pelo pós-emprego e questionou a falta de programas e planejamentos que permitam que a Empresa viva com a receita que tem. Questionou os altos custo com a criação e manutenção da CorreiosPar, a qual não teve retorno financeiro para a Empresa, até os dias atuais; a própria reestruturação da Empresa ocasionou problemas financeiros na medida em que houve divisão entre os departamentos e cada um passou a focar mais em seus próprios projetos sem ter o cuidado com uma visão sistêmica. Destacou que a criação da Postal Saúde triplicou os gastos com o plano de saúde diferente de quando era o modelo de autogestão singular em RH, situação inclusive destacada no parecer da CGU. Citou que a Representação dos Trabalhadores só tomou ciência do repasse a maior para a União através do atual Presidente dos Correios, Sr. Guilherme Campos, fato omitido pelos Presidentes anteriores, sendo um dos fatores que impulsionou o descontrole do setor financeiro dos Correios. A Representação dos Trabalhadores se posicionou contrária à continuidade das indicações políticas na Postal Saúde e quanto à prática de acúmulo de pagamento de funções. Sobre os dados financeiros apresentados ao



2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017

longo do tempo, registrou a manutenção do saldo de lbi de reservas sem nenhuma mudança desde apresentações realizadas em novembro de 2015, durante a Campanha Salarial 2016/2017 e agora, na Comissão Paritária de Saúde, o que traz grande estranheza para a Representação dos Trabalhadores a não alteração dos valores em meio à constante indagação dos Correios de déficit; questionou ainda a quantidade de anos sem aumento de tarifa; solicitou dados sobre a economia relacionadas aos Programas de Desligamento, onde nunca falta recursos. A Representação dos Trabalhadores afirmou que o déficit na Empresa decorre de investimentos mal aplicados e não há como cobrar dos empregados que não possuem condições mínimas de trabalho. Ressaltou a ausência de fiscalização e auditoria da gestão da Empresa e solicitou informações sobre os valores pagos com as indenizações sobre atrasos e extravio de correspondências. A Representação dos Trabalhadores questionou, ainda, quais as medidas estão sendo tomadas pela direção da Empresa para reduzir as despesas entre os mais altos salários. Em resposta, a Representação da Empresa afirmou que as contas apresentadas são oficiais, seguem as normas contábeis de padrão internacional, é auditada por auditores externos e internos, além dos Órgãos de Controle (CGU, TCU, União, etc). Sobre os demais assuntos, a Representação da Empresa solicitou que a Representação dos Trabalhadores relacionasse os itens e o tipo de informação requerida para resposta posterior, uma vez que o assunto não é da alçada da Comissão Paritária de Saúde. No período vespertino foi realizada o Alinhamento Conceitual de Saúde Suplementar, por meio de uma apresentação da equipe técnica da Postal Saúde. Foram apresentados alguns conceitos como: o que é um plano de saúde; o que é uma operadora e as suas modalidades; modalidades autogestão (por RH, com mantenedor e sem mantenedor); características principais da autogestão; planos de mercado; regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar; mecanismos de regulação; garantia de atendimento; penalidades para operadora; e intervenções. Sobre a apresentação, a Representação dos Trabalhadores questionou a possibilidade de retorno do Plano de Saúde para o modelo de autogestão por RH; solicitou informações sobre a TISS, no modelo de gestão do RH; sobre as dificuldades na manutenção das UNIMEDs como rede credenciada e o relacionamento com



2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017

a UNIDAS. Em resposta, a Representação da Empresa afirmou que, para amanhã está prevista uma apresentação dos motivos pelos quais foi realizada a alteração da gestão e uma simulação do retorno para o modelo de autogestão por RH, inclusive com a projeção dos custos, e um comparativo do Plano CorreiosSaúde com os modelos de autogestão com mantenedora e autogestão por RH. Sobre a TISS, foi esclarecido que a dificuldade na implantação ocorre devido à necessidade de atendimento aos critérios da Lei 8.666 e às burocracias advindas dela. Sobre a UNIMED, foi esclarecido que a rede tem regulação própria que não é a mesma da operadora e, portanto, de difícil negociação contratual. Sobre o assunto, foi afirmado que rede citada não segue muitas das regras da Postal Saúde e cita, por exemplo, o rol dos procedimentos autorizados pela operadora que não é o mesmo da prestadora de serviço (UNIMED), gerando conflitos entre as partes. Acerca da UNIDAS, a Representação da Empresa afirmou que a sua função seria buscar junto à ANS, ao Ministério da Saúde e ao Congresso Nacional tratamento diferenciado, principalmente no que diz respeito às garantias financeiras das autogestões em comparação com as Operadoras de Mercado e, exemplificou como feito da UNIDAS a publicação da RN 355. A Representação dos Trabalhadores solicitou cópia: do Relatório de Auditoria Interna dos Correios, no que tange aos problemas relacionados à gestão da Postal Saúde; dos documentos que apresentam os resultados das consultorias contratadas pela Empresa; quadro da remuneração singular atualizada e quadros atuariais quanto à Postal Saúde e do setor financeiro dos Correios. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 18h00.



Alda Mitê Kamada
Correios



Heitor Fernandes Filho
FENTECT



Anézio Rodrigues
FINDECT



2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017




Fagner José Rodrigues
Correios



Ueber Ribeiro Barboza
FENTECT



Maxy Hellen de Moraes
FINDECT



Ivanilson Pacheco da Silva
Correios




Suzy Cristiny da Costa
FENTECT




André Ramos Gasperoni
FINDECT



Rodrigo Barbosa Azevedo
Correios



João Ricardo Guedes
FENTECT




Silvana Regina A. dos Santos
FINDECT



Celso Antônio Uliana
Correios




Halisson Tenório Ferreira
FENTECT



Wilson Nascimento S. Araujo
FINDECT



Cláudio Roberto M. Cabral
Correios



Victor Uislán N. de Paula
FENTECT



Manoel de Lima Feitoza
FINDECT



Daniella Passo V. Barca
Correios



John Cordeiro da S. Junior
Correios



Jorge Luiz G. Ribeiro
FINDECT



2ª ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PARITÁRIA – CLÁUSULA 28 DO ACT 2016/2017



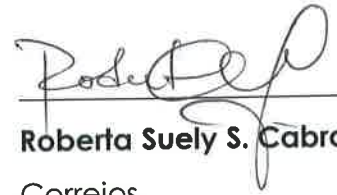
Daniele Neves V. Dias

Correios



Danielle M. Botecchia

Correios



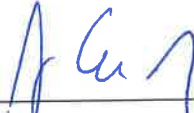
Roberta Suely S. Cabral

Correios



Débora Elaine Fernandes

Correios



Sergio Eduardo C. J. Sayão

Correios



Amanda Ladislau Leonardo

Correios

